



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 109/XIII/2.ª, relativa à reunião de 21 de junho de 2017

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 625/XIII/2.ª (BE) - Recomenda a aprovação de um programa de investimentos na rede ferroviária de proximidade e a recuperação da qualidade nos transportes públicos coletivos

3. Petição n.º 336/XIII/2.ª – Acesso às comunicações eletrónicas como serviço universal, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro
 - Apreciação e votação da nota de admissibilidade
 - Nomeação de relator (cabe CDS-PP)

4. Deliberação sobre os projetos de resolução n.ºs:
 - 869/XIII (PS) – Recomenda ao Governo a implementação de medidas que alarguem a procura turística a todo o território nacional
 - 871/XIII (PS) – Recomenda ao Governo a implementação de medidas que promovam o Turismo Científico
 - 872/XIII (PS) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que promovam o Turismo de Saúde

5. Outros assuntos

Antes de entrar na Ordem do Dia, e tendo estado prevista a audição do Presidente da EMEF nesta reunião, o Senhor Presidente explicou que o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares tinha informado que iria haver substituição do Conselho



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

de Administração da EMEF nessa mesma semana, pelo que não fazia sentido manter a audição, razão pela qual a mesma iria ser reagendada.

1. Apreciação e votação da ata n.º 109/XIII/2.ª, relativa à reunião de 21 de junho de 2017

Submetida a votação a ata n.º 109/XIII/2.ª, relativa à reunião de 21 de julho de 2017, foi a mesma aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 625/XIII/2.ª (BE) - Recomenda a aprovação de um programa de investimentos na rede ferroviária de proximidade e a recuperação da qualidade nos transportes públicos coletivos

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou ter proposto a discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 938/XIII/2ª (PCP) Alargamento da rede de metro do Porto - Porto (Campo Alegre), Matosinhos e Vila Nova de Gaia, o que não suscitou objeções.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 625/XIII/2.ª (BE) – “Recomenda a aprovação de um programa de investimentos na rede ferroviária de proximidade e a recuperação da qualidade nos transportes públicos coletivos”, notando que a orientação da nova maioria ainda não está refletida na programação de investimentos na ferrovia e salientou a urgência de

- o requalificar a Linha de Cascais,
- o corrigir propostas erradas para alargamento do Metro de Lisboa, criticando as linhas circulares,
- o completar as linhas do Metro do Porto, também criticando as linhas circulares,
- o melhorar o Serviço regional ferroviário de transporte de passageiros (Vouga, Oeste, Alentejo), com muitas queixas recebidas, e
- o corrigir a fraude ocorrida no Metro de Mirandela.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 938/XIII/2.ª (PCP) “Alargamento da rede de metro do Porto - Porto (Campo Alegre), Matosinhos e Vila Nova de Gaia”, apontando a “não melhor” prática



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

de repetição de projetos de resolução de conteúdo já antes aprovado. Apreciou as questões do investimento ferroviário, que defendeu dever ser enquadrado no planeamento global estratégico do transporte público, concordando, e distinguiu aspetos específicos do Metro Sul do Tejo de Almada com ligação à Caparica, com outras ligações insuficiências, e de discordância quanto à reconstrução da Linha da Lousã sem ferrovia.

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) felicitou o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) pelo programa de governo para os transportes apresentado, dizendo que não são os projetos de resolução da Assembleia da República que podem substituir-se ao Governo nos programas de investimento público, aqui com mais de mil milhões €, e referiu-se, no mesmo sentido, aos investimentos em equipamentos ferroviários, rodoviários e fluviais a fazer pelas autarquias, e, criticando o Projeto de Resolução, lembrou que o Ministro do Planeamento e Infraestruturas já anunciou as prioridades do Governo para os transportes públicos ferroviários, rodoviários e fluviais. Criticou o Projeto de Resolução por abranger todas as grandes necessidades de infraestruturas e investimento, sem priorizar. Considerou que a Assembleia da República não pode recomendar sem estudos técnicos, sem os contributos das autarquias e sem o Governo apresentar o seu plano de alteração do Plano estratégico, e que, então, a Comissão poderá dar os contributos para alteração dessa proposta do Governo.

O Senhor Deputado Virgílio Macedo (PSD) distinguiu no Projeto de Resolução as vertentes da recuperação da qualidade do transporte público coletivo da do investimento público, que considerou que o Governo não apresentou, lembrando que o anterior Governo tinha apresentado uma estratégia definida (PETI 3+) que estava lançada (Metro do Porto, Linha de Cascais e Linha da Lousã) e foi parada pelo atual Governo. Considerou que o BE entra em contradição ao apoiar o Governo que reduziu o investimento público a quase zero. Vincou que a qualidade dos transportes públicos coletivos chegaram a degradação nunca antes vista, nem durante a Troika, criticando o Governo, e exemplificou com deficiências do Metro de Lisboa, vindo do aeroporto até ao Rato, de bilheteiras, torniquetes, poucas composições e escadas rolantes paradas. Desafiou o BE a influenciar o Governo a resolver o enorme problema de qualidade dos transportes públicos.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) deu razão ao anterior interveniente quanto aos buracos nos transportes públicos, mas notou que a situação era pior no final do último Governo, exemplificando com as 23 carruagens paradas e a programada privatização da manutenção do Metro de Lisboa, em que a Siemens não quis pegar, e com a idade média (12 anos) dos autocarros da Carris. Entendeu, em resposta ao Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS), que este Projeto de Resolução quer ajudar o Governo a redefinir prioridades, exemplificando. Deu razão ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) quanto à repetição, mas explicou que este Projeto de Resolução quer recuperar recomendações aprovadas mas esquecidas. Referiu-se ao consenso quanto à Linha de Cascais e ao Metro do Mondego, mas em que nada acontece. Quanto à proposta do Governo de metro-bus magnético, apenas a funcionar em Cambridge, distinguiu os diferentes enquadramentos, explicando e criticando. Notou que estas prioridades já existem há muito tempo e concordou com o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) quanto ao desenvolvimento do Metro do Porto, para além das 3 já em desenvolvimento, e lembrou os 100 milhões € já previstos para o investimento público ferroviário, bem com a posição crítica do excessivo cumprimento das metas do défice público pelo Governo, com prejuízo em investimento público absolutamente necessário.

O Senhor Presidente da Comissão apreciou o desenvolvimento destas discussões em Comissão com inevitáveis limitações de tempo.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) interveio quanto ao Projeto de Resolução n.º 938/XIII/2.ª (PCP), sem objecção, considerando que quanto ao Projeto de Resolução n.º 625/XIII/2.ª (BE), mais complexo, será mais difícil concluí-lo hoje.

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) afirmou que, quanto ao Projeto de Resolução n.º 938/XIII/2.ª (PCP), o PS mantém a posição de que deverá ser a área metropolitana, que já anunciou decisão, a decidir a orientação a seguir.

A discussão dos projetos de resolução foi objeto de [gravação](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página das iniciativas na Internet.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

- 3. Petição n.º 336/XIII/2.ª – Acesso às comunicações eletrónicas como serviço universal, nos termos da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro**
- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
 - Nomeação de relator (cabe CDS-PP)**

O Senhor Presidente submeteu a votação a nota de admissibilidade da petição em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

De seguida informou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicaria o nome do relator mais tarde.

4. Deliberação sobre os projetos de resolução n.ºs:

- 869/XIII (PS) – Recomenda ao Governo a implementação de medidas que alarguem a procura turística a todo o território nacional**
- 871/XIII (PS) – Recomenda ao Governo a implementação de medidas que promovam o Turismo Científico**
- 872/XIII (PS) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que promovam o Turismo de Saúde**

De seguida, o Senhor Presidente lembrou que estes projetos de resolução tinham sido remetidos ao Grupo de Trabalho – Turismo, para, querendo, elaborar um texto de fusão. Tendo o Grupo de Trabalho optado por não fazer esse texto, os mesmos seriam devolvidos à Mesa da Assembleia da República, para poderem ser votados no período regimental de votações seguinte.

5. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que no dia 23 de junho tinham baixado à Comissão as Propostas de Lei n.ºs 83/XIII, para apreciação na especialidade, e 84/XIII e 85/XIII, para nova apreciação na generalidade, pelo prazo de 60 dias.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

De seguida, lembrou que estava agendada para o dia 30 de junho, às 14h30m, a audição do Presidente da ANAC, na sequência do requerimento do PSD, sobre a interferência dos *drones* nas rotas utilizadas pela aviação civil. Informou que o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas tinha solicitado que se juntasse numa só audição, a realizar no dia 14 de julho, a audição a respeito dos requerimentos aprovados, prevista para 4 de julho, e regimental, prevista para 18 de julho.

A este respeito intervieram os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), para expressar concordância e propor que se realizasse na primeira parte a audição sobre os requerimentos e na segunda a audição regimental; e António Costa Silva (PSD), para informar que o PSD não concordava, por princípio, com a realização conjunta de audições regimentais e a requerimento, mas se os autores dos requerimentos concordavam, nada tinha a opor.

O Senhor Presidente informou ainda que se confirmava a realização da Conferência sobre o Novo Aeroporto no dia 18 de julho.

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para lembrar os vários requerimentos pendentes para audição da ERSE, nomeadamente sobre os CMEC, audição que deveria realizar-se com urgência e solicitou que a mesma fosse agendada, ao que respondeu o Senhor Presidente que já tinha sido proposto o dia 13 de julho, aguardando-se apenas a confirmação.

Pelo Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) foi dado conta da deslocação do Grupo de Trabalho – Indústria, que se tinha realizado nos dois dias anteriores e referiu a boa apreciação feita ao facto de a Assembleia da República se ter deslocado às empresas. A este propósito, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) lamentou a impossibilidade de ter participado nesta visita, que se deveu a um imprevisto de última hora.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para transmitir uma proposta do Deputado Paulo Neves (PSD) para se encerrarem os trabalhos das iniciativas legislativas sobre o subsídio social de mobilidade, dispensando-se audições



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

de mais entidades, tendo o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referido que já tinham sido ouvidas as entidades principais, e o Senhor Presidente afirmado que o Grupo de Trabalho – Transportes Públicos decidirá sobre essa matéria, mas se for para não ouvir mais entidades, passaremos ao período de entrega de proposta e conclusão do processo até dia 19 de julho.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de julho de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 110/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Ricardo Bexiga
António Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Heloísa Apolónia
Luís Campos Ferreira
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Luís Leite Ramos
Paulino Ascensão